

DAS JORNADAS DE JUNHO, DE 2013, AOS PROTESTOS DE MARÇO, DE 2015: DISTINTAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Marcos Rogério Martins Costa¹

INTRODUÇÃO

A juventude é, e historicamente tem sido, bastante idealista e, muitas vezes, quer mudar o mundo, o sistema político e relações do cotidiano. Isso não é novo, apesar de nem sempre ter tido visibilidade (SCHERER-WARREN, 2014a, p. 417).

Em junho de 2013, ocorrem uma série de manifestações de rua, a princípio, motivadas pelo aumento da tarifa de transporte público na cidade de São Paulo-SP e, depois, elas se alastraram por todo o território nacional, aderindo a diversas e diferentes frentes de luta. Essas manifestações perduraram até outubro do mesmo ano e foram nomeadas *Jornadas de Junho*. Os jornais da grande mídia e as mídias alternativos, em especial aquelas instaladas nas e pelas redes sociais digitais, ajudaram a divulgar as datas e locais de encontro dessas manifestações nas ruas, como também a abrir o debate político e social.

Em 2015, aconteceram outras grandes manifestações por todo o País. A agenda de discussão era muito diferente da de 2013, pois, após uma disputa presidencial acirrada, a governabilidade do Brasil estava colocada em choque na disputa de, pelo menos, duas frentes políticas: uma em prol da permanência da presidente legitimamente eleita nas urnas Dilma Rousseff; outra propondo o *impeachment* da referida presidente. Depois de meses de noticiários conturbados, a presidente foi afastada em maio e perdeu seu mandato em 31 de agosto de 2015. Essas manifestações foram chamadas Protestos de março.

Compreendendo esse contexto, o objetivo deste estudo é descrever e discutir as formações discursivas que subjazem as repercussões midiáticas dessas duas manifestações de rua. Entendemos por formação discursiva o conjunto de enunciados que podem ser relacionados a um mesmo sistema de regras, social e historicamente determinado (FOUCAULT, 1969). Para tanto, partimos dos estudos da semiótica francesa (GREIMAS; COURTÉS, 2008), da análise do discurso (MAINGUENEAU, 2010) e de seus desdobramentos contemporâneos (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001), em vizinhança interdisciplinar com os estudos da filosofia bakhtiniana, respeitando a epistemologia de cada

¹ Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Semiótica e Linguística Geral da Universidade de São Paulo. Contato: marcosrmcosta15@gmail.com

área do conhecimento. Os estudos discursivos são pertinentes para a análise de fenômenos sociais, porque eles desvelam a partir dos textos verbais ou não-verbais os sistemas de significação que subjazem o modo de dizer, isto é, eles evidenciam o que foi dito, como foi dito e o porquê de tê-lo dito.

Como metodologia, utilizamos o método hipotético-dedutivo, descrevendo a partir dos textos as suas formações discursivas, as quais acolhem e sustentam as formações ideológicas fincadas no sujeito da enunciação a partir de seu modo de dizer. A hipótese deste estudo é de que os dois protestos de rua se diferenciam não somente por suas agendas de luta, mas também por suas formações discursivas, as quais são ora mais, ora menos favorecidas pelos meios de comunicação (jornais e redes sociais digitais, em especial).

Para investigar essa rede de relações entre os meios de comunicação e a formação discursiva das duas manifestações, selecionamos como foco a cidade de São Paulo-SP que foi epicentro das manifestações de 2013 e como *corpus* os editoriais e as reportagens que tratam sobre esses protestos publicados em junho de 2013 e em março de 2015 nos jornais impressos da *Folha de São Paulo* (doravante *Folha*) e de *O Estado de São Paulo* (doravante, *Estado*) e também as postagens do Facebook da Mídia Ninja (sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), publicadas no mesmo período. Escolhemos esses canais de comunicação, porque os dois jornais selecionados são os que possuem maior tiragem e circulação na capital paulistana e a Mídia Ninja foi uma das principais divulgadoras nas redes sociais digitais dos protestos de rua realizados tanto os das Jornadas de Junho quanto os dos Protestos de Março.

1. COMO REPENSAR E ANALISAR AS CRISES NO SISTEMA DE CRENÇAS? ²

Repensar as crises é também refletir sobre as formas de mobilização popular, as quais ocorrem concomitante ou anteriormente às crises na maioria dos casos. Observando isso, esta pesquisa se lança a comparar dois momentos históricos de crise e de grandes manifestações populares: as *Jornadas de Junho* de 2013 e os *Protestos de Março* de 2015. Ressaltamos que o período de redemocratização brasileiro ainda está em curso. A delimitação de 1984 a 2015 é condizente com o limite do escopo historiográfico assumido para este estudo. A partir desse horizonte histórico, selecionamos esses dois protestos a partir de dois

² A discussão teórica e a análise a partir desse tópico resgatam as contribuições da participação na Escola Doutoral “Crises: uma perspectiva multidisciplinar”, realizada em 10, 11 e 12 de abril de 2017, no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

critérios: eles constituem as maiores mobilizações populares do referido período e também são as manifestações mais recentes.

As *Jornadas de Junho* estouraram em junho de 2013, foram manifestações organizadas por um grupo pouco conhecido no cenário político nacional até então, o *Movimento Passe Livre* (MPL), e, *a priori*, por uma causa específica e localizada, o aumento da tarifa dos transportes públicos em São Paulo-SP. Contrariando as perspectivas do que “deveria virar uma nota no jornal do dia seguinte” (MANSO; ZANCHETTA, 2013, p. A14), essas manifestações depois do 4º ato se alastraram por todo o país, ganhando diferentes pautas e reivindicações. Com a adesão popular e depois com a divulgação midiática, as manifestações conseguiram derrubar o aumento de R\$0,20 nas tarifas, o qual tinha sido implementado no dia 02 de junho e foi revogado no final da tarde do dia 19 de junho de 2013, após seis atos de protesto do MPL. Surgiu, assim, a maior mobilização popular do período de redemocratização brasileiro (NOBRE, 2013). Esse fato ocupou as primeiras páginas de todos os jornais nacionais e de muitos internacionais (*New York Times; El Pais; Le Monde*, dentre outros).

Ressalta-se que, depois disso, houve ainda o 7º e último ato de protesto, organizado pela MPL, realizado no dia 20 de junho de 2013, no qual compareceram mais de um milhão de pessoas por todo o Brasil; e, em específico, na cidade de São Paulo-SP se reuniu por volta de 110 mil, conforme dados divulgados pelo Datafolha (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015, p. A7). Esses números podem ser comparados aos dos atos de mobilização popular mais significativos na história de redemocratização do Brasil. Isso foi reiterado por diversas vezes nas mídias impressas e digitais, tanto durante, quanto depois de junho de 2013. Podemos verificar isso, por exemplo, na *Folha*, na edição do dia 15 de junho de 2015, no qual se compara as *Jornadas de Junho* a outras manifestações de grande porte ocorridas no Brasil desde os protestos contra a Ditadura Militar (1964-1985):

Figura 1. A comparação das mobilizações históricas no período de redemocratização

OUTRAS AGLOMERAÇÕES HISTÓRICAS**				Manifestantes, segundo...	
		Cidade/local da medição		Datafolha	Organização
Diretas Já	1984	São Paulo	Pça. da Sé	400 mil	1 milhão
Impeachment Collor	1992	São Paulo	Av. Paulista	70 mil	1 milhão
Parada Gay	2012	São Paulo	Av. Paulista	270 mil	-
Marcha para Jesus	2012	São Paulo	Campo de Marte	335 mil	1 milhão
Jornadas de Junho	2013	São Paulo	Av. Paulista	110 mil	1 milhão
Papa Francisco	2013	Rio de Janeiro	Copacabana	1 a 1,2 milhão	3,2 milhões

Fonte: Folha de São Paulo (ARAGÃO, 2015, p. A7)

Como se pode observar, as *Jornadas de Junho* entraram na história recente do Brasil Contemporâneo. Isso pode ter ocorrido por um fator quantitativo, haja vista que houve uma ampla participação popular. Pode também ser decorrência de um fator qualitativo, porque, durante as manifestações, a atuação política dos agentes populares (políticos, imprensa, ativistas etc.) foi questionada, tanto quanto ao seu posicionamento ideológico e exercício na função pública, quanto a sua representatividade e sua estrutura de poder perante a sociedade. Logo, estudar esse fenômeno por um viés discursivo é relevante porque pode levar os mecanismos de construção do sentido nas sendas e interditos dos jogos de linguagem, principalmente quando se quer pensar sobre a crise e seus desdobramentos sociais.

Para isso, comparamos neste estudo as *Jornadas de Junho* de 2013 aos *Protestos de março* de 2015. Em março de 2015, com o agravamento da crise econômica e política no Brasil, novamente milhares de brasileiros se colocaram em marcha pelas avenidas e praças, com diferentes propostas de reorganização política: uns a favor da manutenção do governo, outros contra. Temos, assim, duas manifestantes de grande porte em dois diferentes momentos de nossa história recente.

Compreendendo essas diferenças, este estudo propõe depreender, semioticamente, pelo contraste entre essas duas manifestações que obtiveram grande participação e ocorreram em um momento de crise do *statu quo* as inter-relações histórico-sociais e culturais das mobilizações populares contemporâneas emergentes no período de redemocratização brasileiro. Para analisar isso, partimos dos fundamentos da semiótica da Escola de Paris (GREIMAS; COURTÉS, 2008).

Do ponto de vista discursivo, a crise vem do rompimento do sistema de crenças (semioticamente, o crer-parecer-ser). Esse sistema de crenças é virtualizado, isto é, está de forma esquemática na constituição do ato de linguagem. Sua constituição é interdiscursiva, conforme sustenta Maingueneau (2002, 2006). *Interdiscurso* é conceito complexo e possui diversas interpretações, por isso entendemos, neste trabalho, como sendo a constituição de um discurso em relação a outros já existentes, em outras palavras, é um conjunto de ideias organizadas que se derivam, por sua vez, de apropriações, implícitas ou explícitas, de outras ideias.

Por isso, para depreender esses interdiscursos que constituem e perpassam os textos jornalísticos e, conseqüentemente, fomentam as *rachaduras* nos sistemas de crença do sujeito da enunciação (bipartido, semioticamente, como o enunciador-autor e o enunciatário-leitor), vamos ao longo de nossa análise investigar as marcas da enunciação no enunciado, isto é,

inquerir a maneira de construir o conteúdo jornalístico. O interesse, assim, não é no fato noticiado – como ocorre na maioria das leituras –, mas na maneira de construir o texto. Eis o que diferencia e justifica a análise semiótica da de outras no campo dos estudos do texto e do discurso.

2. ANÁLISE SEMIÓTICA DAS JORNADAS DE JUNHO, DE 2013

Começamos pelo fenômeno discursivo das *Jornadas de Junho*. Deve-se destacar que as manifestações das Jornadas de Junho, de 2013 – diferentemente dos Protestos de Março, de 2015 – não tiveram um caráter estritamente *nacionalista*. Essas manifestações (re)criaram modos e formas de agir coletivamente de maneira diversa dos vigorantes nas outras duas mobilizações populares de grande porte que a antecederam: as Diretas Já (1984) e o movimento pelo Impeachment de Collor (1993). Como explicam Nobre (2013) e Secco (2013), tanto os atos de protesto contra a ditadura militar quanto os a favor do Impeachment de Collor constituíram de maneira partidária, mantendo certa dependência em relação aos órgãos oficiais (seja para afirmar um tipo de regime de governo, seja para destituir um governo), sendo, assim, elas formaram manifestações centralizadas e verticalizadas. Já os protestos ocorridos em junho, como sustentam ainda ambos os historiadores, se formaram e funcionaram de maneira apartidária, mantendo certa autonomia e independência em relação aos governos, sendo, assim, movimentos descentralizados e horizontais.

As *Jornadas de Junho*, como um todo, diversamente das manifestações de 1984 e de 1992, não construíram nenhum tipo de narrativa unificada de cunho nacionalista, o qual pudesse impor qualquer modelo para a formação de um movimento social de grande participação popular. É por isso que, diferentemente dos movimentos sociais que possuem uma relativa permanência temporal e tendem a se estruturar sob a forma de militância política e/ou partidária, as *Jornadas de Junho* são entendidas como *manifestações de rua* que, conforme explica Scherer-Warren (2014b, p. 15), são comumente “reações conjunturais coletivas e públicas, que pretendem através do protesto criar visibilidade política, o reconhecimento das vozes dos cidadãos, seja através de seus movimentos ou do público em geral mobilizado para o evento político em si mesmo”.

Além disso, o modo de organização e difusão dos protestos foram bastante diferentes dos utilizados nas manifestações anteriores. Os atos de junho de 2013 foram convocados pelo MPL principalmente pelas redes sociais em plataformas midiáticas populares como *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp Messenger*. Essas redes sociais também foram importantes

para transmitir os dados e as informações ocultados ou pouco difundidos pelas coberturas jornalísticas da grande mídia.

O caso da *Mídia Ninja* (sigla de *Mídia Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*) é exemplar disso³. É um coletivo composto por ativistas políticos, jornalistas, artistas e comunicadores amadores ou profissionais; todos reunidos em torno da proposta de desenvolver uma mídia alternativa de produção e difusão de informação, em um *modus operandi* bem distinto do das coberturas da mídia tradicional (jornal impresso; televisão de canal aberto; rádio etc.). O grupo tem como marco inicial de suas atividades a cobertura ao vivo da Marcha da Liberdade de São Paulo, em 28 de maio de 2011, resultando no lançamento do Pós.TV, canal de transmissão por *streaming* de debates e outros eventos alternativos. Ressalta-se, ainda, que, como grupo nomeadamente *Mídia Ninja*, de acordo com Lorenzotti (2014), ele somente foi anunciado em março de 2013. A seguir, apresentamos a primeira postagem no Facebook que o coletivo fez após a realização do 1º Ato de protesto, convocado pelo MPL. Nesta postagem já se pode apreender a oposição do coletivo à grande mídia, que é singularizada na figura do jornal *O Estado de São Paulo* (doravante *Estado*):

Figura 2. Postagem da *Mídia Ninja* sobre o 1º Ato de protesto das *Jornadas de Junho*



Fonte: *Mídia Ninja* – Facebook (*MÍDIA NINJA*, 2013)

³ Para uma análise semiótica mais aprofundada sobre a *Mídia Ninja*, consultar Costa (2017).

Na postagem, podemos verificar que a fotografia publicada pela *Mídia Ninja* contraria a notícia do *Estado*. Isso ocorre porque se pode verificar uma multidão na fotografia que aparenta ser bem maior do que as 700 pessoas cogitadas pelo *Estado*. Ressaltamos que esse enunciado veiculado no *Estado* que a *Mídia Ninja* resgatou, de fato, existiu, cuja publicação data de 6 de junho de 2013, um dia antes da difusão da postagem acima. Pode-se constatar isso no trecho abaixo:

Segundo a Polícia Militar, cerca de 700 pessoas do Movimento Passe Livre partiram às 17h50 da Praça Ramos de Azevedo, no centro de São Paulo, em direção à Av. Nove de Julho. Estudantes disseram ao Estado, por telefone, que colocaram fogo em uma catraca no cruzamento da via com a Av. Vinte e Três de Maio. (SANTOS; DEIRO; CUDISCHEVITCH, 2013, grifo nosso).

Verificamos, assim, que o *Estado* utilizou os dados divulgados pela Polícia Militar para caracterizar o protesto, enquanto a *Mídia Ninja* registrou-o *in loco*. Como explica Gohn (2013), a *Mídia Ninja* é apenas um dos muitos coletivos que se associaram às manifestações de junho de 2013, como, por exemplo, os *Black Blocs*, movimento predominantemente anarquista criado na Alemanha Ocidental no início dos anos de 1980, e os *Anonymous*, grupo constituído por centenas de coletivos, criado nos Estados Unidos na primeira década deste século. Concordamos, pois, com Gohn (2014, p. 45) que, assim como esses coletivos, “o MPL estava longe de ser uma novidade no Brasil, mas, pela primeira vez, ambos começaram a ganhar um protagonismo inédito conforme as manifestações cresciam”. Em outras palavras, a atuação desses outros veículos de informação e de movimentos sociais independentes teve um papel descentralizador nas *Jornadas de Junho*, confirmando seu efeito de sentido de apartidarismo e de horizontalidade.

O modo como os jornais da mídia impressa reconhecem esse fenômeno discursivo das Jornadas de Junho, de 2013, faz com que essa configuração diversa seja pouco evidenciada. Podemos constatar isso pelo modo como os jornais Folha e Estado recortam tematicamente e enunciam os fenômenos do mundo natural. Para entender esse processo, analisemos semioticamente os editoriais.

Ressaltamos, como premissa elementar, que o fato que é relevante para a *Folha* pode não o ser para o *Estado*, pois cada mídia faz um recorte responsivo de seu conteúdo e de seu público-alvo. Por outro lado, temos que considerar que esses dois jornais, *Folha* e *Estado*, mesmo que de forma implícita, possuem traços em comum, uma vez que pertencem a mesma esfera do discurso: a esfera jornalística da mídia impressa.

Compreendido esses aspectos, a hierarquização de conteúdos que depreendemos a partir do critério de relevância partilhada por esses dois jornais é aquela construída pelos *atos de interesse nacional e internacional*. Isso não quer dizer que os dois jornais não publiquem fatos específicos do cotidiano ou de determinados grupos ou esferas sociais, mas que o interesse *mais predominante* nessa mídia é aquele voltado aos *grandes acontecimentos*, seja na política e na economia nacionais, seja nas organizações internacionais. Por isso, a hierarquia estabelecida por esses dois jornais emparelha fatos políticos, econômicos e culturais de grande porte antes e mais do que os de interesse específico ou especializado.

No caso do editorial, essa hierarquia pode ser percebida, por exemplo, pelas vozes que são convocadas e/ou aludidas nos trechos selecionados:

- 1) A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. Cabe à *PM* impor a ordem, e não contribuir com a desordem. (FSP, 2013a, p. A2,).
- 2) Bem que o *secretário-geral da Presidência, ministro Gilberto Carvalho*, invocou os velhos tempos em que os protestos de rua tinham carros de som para guiar as ações dos participantes e lideranças claramente identificadas que as autoridades poderiam chamar para uma conversa (OESP, 2013, p. A3, grifo nosso).
- 3) Quem os escreveu é do ramo. Quem os leu, se também fosse, saberia infundir de sentimento pelo menos este enunciado: “A grandeza das manifestações comprova a energia da nossa democracia, a força da voz da rua e o civismo de nossa população”. Mas, ao vivo, nada consegue derreter a frieza da *presidente* e a sua robótica entonação (OESP, 2013, p. A3, grifo nosso).
- 4) A revogação das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio é uma vitória indiscutível do *Movimento Passe Livre*. Já os prefeitos *Fernando Haddad (PT)* e *Eduardo Paes (PMDB)*, bem como os governadores *Geraldo Alckmin (PSDB)* e *Sérgio Cabral (PMDB)*, saem atônitos das manifestações que os encurralaram (FSP, 2013b, p. A2, grifo nosso).

Os quatro excertos possuem em seu cerne as vozes de entidades políticas de grande porte, seja a presidente, seu secretário-geral, seus governadores e prefeitos, seja organizações sociais, como a Polícia Militar (PM) e os partidos políticos (PT; PMDB; PSDB). É claro que outras vozes e menções a pessoas mais específicas podem surgir no contexto das notícias resgatadas pelos editoriais. Como apareceu, por exemplo, a menção ao MPL e seus membros; ou ainda, como foi publicado na *Folha*, no dia 15/06/13, o nome da jornalista Giuliana Vallone entre os jornalistas feridos nas manifestações; ou também, quando o *Estado* citou o episódio, no qual “um PM que se afastou dos companheiros, nas proximidades da Praça da Sé, quase foi linchado por manifestantes que tentava conter. Chegou a sacar a arma para se

defender, mas felizmente não atirou” (OESP, 2013a, p. A3). Em geral, privilegiam-se primeiramente as vozes de autoridades e, em raros e episódicos casos, se faz referência às vozes de pessoas específicas, sem que elas tenham uma participação importante no interesse nacional e/ou internacional, como previsto no critério de relevância acima depreendido. Eis aí o que motiva e estabelece a hierarquia temático-figurativa do editorial.

Se não há nada de gratuito no texto, precisamos investigar como e por que tais recursos são mobilizados e não outros. Narrativamente, podemos dizer que temos um enunciador que é desejoso de conjunção com o objeto de valor e projeta isso também ao enunciatário. O objeto desejado, baseado na totalidade da mídia impressa em exame, é “a própria soberania” (DISCINI, 2009, p. 166)⁴. Para compreendermos o modo de referência da enunciação no enunciado, retomamos os actantes de um programa narrativo: S1 enunciador-jornal; S2 enunciatário-público-leitor; Ov soberania. Ao estabelecer conjunção com o Ov, S1 faz S2 crer que este precisa daquele para também estar em conjunto com Ov, sob a crença de que uma pessoa mais informada é uma pessoa mais soberana em suas decisões e atuações *no* e *pelo* mundo. Por isso, S1 cria o simulacro de mais próximo e mais *apaixonado* por Ov, porque o sujeito passional persegue o seu objeto de valor, quanto mais o deseja e quanto mais o faz relevante perante os seus pares (BERTRAND, 2003). Portanto, quanto mais em conjunção com Ov, mais passional. Em outras palavras, quanto mais convicto de suas certezas sobre o mundo e seus valores, mais soberano diante das outras opiniões, visto que está centrado em suas paixões de certeza e em sua convicção intelectual e moral. Logo, há um maior direcionamento do dito em favor da autoridade do dizer, isto é, impera-se a estratégia da enunciação sobre as escolhas do enunciado.

3. ANÁLISE SEMIÓTICA DOS PROTESTOS DE MARÇO, DE 2015

Compreendido o cenário das *Jornadas de Junho*, voltemo-nos, agora, para os *Protestos de março* de 2015. Para que esses protestos ocorressem, um plano de fundo político e social deve que se formar, como constataremos. Em outubro de 2014, tivemos a campanha eleitoral para o cargo da presidência mais concorrida dos últimos anos, na qual Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita por 51,6% dos votos válidos frente

⁴ Para Discini (2009), a soberania é o objeto de valor preponderante no editorial do *Estado*. Contudo, após emparelharmos os dois jornais, *Folha* e *Estado*, verificamos que ambos disputam, em maior ou menor intensidade, a soberania. Esses jornais parecem ser soberanos tanto sobre o que dizem (liberdade de expressão), quanto para quem se dirigem (independência da linha editorial), o que, como efeito de verdade, é às vezes mais, às vezes menos eficiente, e isso depende do fazer interpretativo do enunciatário.

ao candidato de oposição Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Até dezembro do mesmo ano, o governo de Dilma Rousseff encontrava um índice de aprovação de cerca de 52% da população, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

Essa situação se modificou quando foi anunciado reajustes fiscais impopulares como mudanças nas regras de benefícios previdenciários. Em fevereiro de 2015, a aprovação da presidente já caiu para 23%, segundo IBOPE. Outro fator que contribuiu para o desmontamento da sociedade foram os desdobramentos da Operação Lava Jato, nos quais se verificou que estão envolvidos em um amplo esquema de corrupção diversos políticos de diferentes legendas e, dentre eles, mais de cinquenta membros do PT, partido do governo. Diante desse panorama, grupos e coletivos opositores como o *Vem Pra Rua*, *Movimento Brasil Livre* e *Revoltados Online* convocaram para o dia 15 de março de 2015 protestos contra a corrupção política no governo, pedindo, inclusive, o *impeachment* da presidente eleita. O principal instrumento de divulgação continuou sendo as redes sociais nas diversas plataformas digitais. Ressalta-se que esses coletivos se denominaram apartidários, todavia o protesto marcado por eles foi apoiado massivamente por partidos de oposição como o PSDB, o Democratas (DEM), o Solidariedade (SD), entre outros, que incentivaram a participação de seus afiliados.

Em contrapartida a essa manifestação, no dia 13 de março de 2015, foi marcada uma outra mobilização popular. Os organizadores desta foram os partidos de esquerda, centrais sindicais e movimentos sociais. Eles se organizaram em prol da defesa da Petrobrás e contra o ajuste fiscal promulgado nos 24 estados e no Distrito Federal. Destaca-se que, embora os participantes se declarassem contrários às medidas fiscais adotadas pelo governo, eles não apoiavam o *impeachment* da presidente, utilizando, inclusive, a defesa da democracia como mote para organização dessa mobilização popular.

Diante dessa polarização, a mídia impressa da imprensa dita séria noticiou os dois protestos. Todavia, ela deu prevalência à manifestação do dia 15 de março, seja em suas manchetes, seja em seus dados estatísticos, como podemos verificar a seguir:

Figura 3. Manchete do artigo do *Estado*

O ESTADO DE S. PAULO

Grupos anti-PT querem fazer ‘sumir chão da Paulista’

Organizações contra o governo vão às ruas com promessa de atos pacíficos e apartidários em ao menos 21 Estados e no DF

Fonte: *O Estado de São Paulo* (HUPSEL FILHO et al., 15 mar. 2015, p. A5)

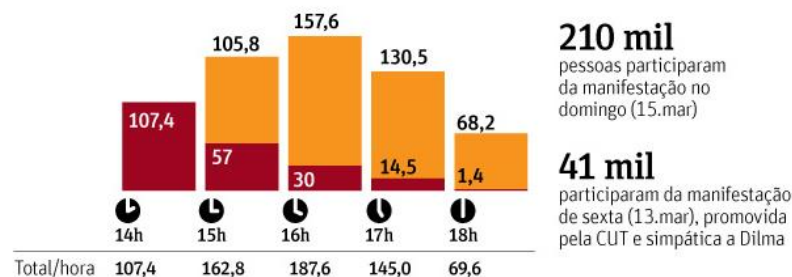
Figura 4. O exame de uma mobilização social da *Folha*

Editoria de Arte/Folhapress

MANIFESTAÇÃO HORA A HORA

Veja a evolução do ato e quantos participaram, segundo o Datafolha

Participantes, em milhares*
■ Público entrante - que entrou na marcha em algum intervalo da contagem
■ Público persistente - que ficou na marcha desde o início



Fonte: *Datafolha/Folha de São Paulo* (ARAGÃO, 16 mar. 2015, p. A7)

A manchete do *Estado*, na Figura 3, traz uma contradição. Primeiro, informa-se no título que “Grupos anti-PT” almejam ocupar a Paulista que é a principal avenida da capital paulista. Depois, explica-se no subtítulo que “organizações contra o governo vão às ruas com promessas de atos pacíficos e *apartidários* em 21 Estados e no DF” (HUPSEL FILHO et al., 15 mar. 2015, p. A5, grifo nosso). Diante dessas informações conflitantes, constata-se que não é possível ser *apartidário* quando se assume um posicionamento contrário a determinado partido. Isso é evidente, porque, conforme a acepção vigente do termo, *apartidário* designa aquele “que não apoia nenhuma das partes litigantes, que não toma partido” (HOUAISS, 2014). Essa construção do ator do enunciado como *Grupos anti-PT* evidencia o

posicionamento do ator da enunciação *Estado*, o qual, ao fazer a seleção lexical de determinados traços semânticos, denuncia seu posicionamento axiológico contrário ao governo, uma vez que atribui determinado direcionamento político a um grupo que se denomina apartidário.

O caso da *Folha* não é tão distante disso. Ao comparar quantitativamente as duas manifestações, ela o faz de uma maneira bastante descritiva, hora a hora da participação popular do protesto do dia 15 de março, o que contribui para a produção do efeito de sentido de seriedade dos dados divulgados. Mais do que isso, essa maneira de mostrar os dados ratifica também a persistência dos manifestantes durante o ato de protesto e a adesão de novos membros. Juntos esses dados sustentam, primeiro, que os manifestantes do ato estavam engajados, porque não desistiram durante o trajeto, e, segundo, que eles eram muitos e mais do que os presentes na manifestação dia 13 de março. Logo, o cotejo do ator da enunciação entre os dois protestos não foi aleatório, nem meramente informativo, ele foi reflexo e refração do posicionamento adotado pelo ator da enunciação *Folha*, também contrário ao governo, mas em uma densidade discursiva menos explícita do que o *Estado*.

Como se apreende, embora se enuncie ser apartidário, o efeito de sentido construído e refletido pelo texto é outro, principalmente quando se observa o modo que foi arquitetado o enunciado. Por isso, a partir dos textos jornalísticos dos Protestos de Março, de 2015, constatamos que a maneira de *ser* e de *parecer* das mídias impressas se distinguem. Quando observamos as postagens da Mídia Ninja também observamos um posicionamento discursivo:

Figura 5. Postagem da *Mídia Ninja* sobre o Protesto realizado no dia 15 de março de 2015



Fonte: *Mídia Ninja* – Facebook (*MÍDIA NINJA*, 2015a)

Figura 6. Postagem da *Mídia Ninja* comparando as contagens dos protestos realizados nos dias 13 e 15 de março de 2015 respectivamente



Fonte: *Mídia Ninja* – Facebook (*MÍDIA NINJA*, 2015b)

A partir das duas postagens realizadas no dia 16 de março de 2016 – a primeira tratando especificamente do protesto do 15 de março de 2015 e a segunda, cotejando as contagens das pessoas que participaram nos protestos do dia 13 e 15 de março de 2015 respectivamente –, podemos verificar que o enunciador não é imparcial. Foge-se deste tipo de simulacro típico do discurso jornalístico. A *Mídia Ninja* cria outro tipo de contrato fiduciário com seu leitor: o de denunciador dos falsos simulacros de parcialidade. Na primeira postagem, o sujeito enunciador dessa mídia alega que depois de andar pela manifestação realizada no dia 15 de março de 2015 ficou com a impressão que: “apenas em poucos momentos parecia haver concordância entre tróicos e manifestantes. Era quando gritavam ‘Fora PT’, ‘Fora Dilma’ e ‘Fora ‘Lula’ ” (*MÍDIA NINJA*, 2015a). E, então, na parte inferior da postagem, ele sanciona jocosamente: “Era uma manifestação, mas lembrava uma *micareta*” (*MÍDIA NINJA*, 2015a). Como se pode apreender associando essa última frase à foto que está na parte central da postagem, o enunciador se posiciona contrariamente à essa manifestação

popular, considerando-a inadequada, uma vez que em seu sistema de crenças os protestos deveriam ter pautas unificadas e não apenas agravos particulares a alguns políticos e/ou partidos.

Na segunda postagem, o reclame do enunciador da Mídia Ninja não é mais contra a falta de unidade da manifestação, mas ele se dirige de forma contrária às mídias que divulgam dados estatísticos não confiáveis. Retomando alguns fatos contextuais, isso ocorreu, porque as contagens feitas pelos organizadores dos protestos, pela Polícia Militar e por outros órgãos de estatística, como o IBOPE e a Datafolha, divergiam. Essa divergência nas estatísticas deflagraram dúvidas sobre a qualidade da coleta dos dados, bem como sobre a ética daqueles que estavam coletando os dados e, depois, os divulgando. Os jornais responderam as críticas a essas divergências, explicando seus métodos de coleta e suas fontes. Por isso, quando o enunciador diz: “diferença de números entre PM e Datafolha chega a mais de 450% nesse domingo, e mostra quem é quem no jogo político” (MÍDIA NINJA, 2015b), ele não quer apenas anunciar que há problemas nos métodos de contagens dos participantes dos protestos, mas que isso está estritamente relacionado ao posicionamento contrário ou favorável das mídias frente aos protestos, os quais, como já dissemos, era ideologicamente antagônicos em diversos pontos. Com isso, a própria Mídia Ninja não se isenta da arena dialógica, pois, como explica Bakhtin (1993),

A linguagem não é um meio neutro que se torne fácil e livremente a propriedade intencional do falante, ela está povoada ou superpovoada de intenções de outrem. Dominá-la, submetê-la às próprias intenções e acentos é um processo difícil e complexo (BAKHTIN, 1993, p. 100).

Como observamos, tanto os jornais impressos quanto as postagens da Mídia Ninja adotaram um posicionamento. Os jornais se colocaram favoráveis ao Impeachment da presente democraticamente eleita. E a Mídia Ninja criticou o *modus operandi* dos protestos de 15 de março de 2015 que não tinham pautas unificadas para além dos emotivos gritos de “‘Fora PT’, ‘Fora Dilma’ e ‘Fora ‘Lula’ ” (MÍDIA NINJA, 2015a). Constatamos, assim, que os Protestos de Março, de 2015, tiveram uma configuração discursiva muito diversa daquela que observamos nas Jornadas de Junho, de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise das relações interdiscursivas e intertextuais dos textos midiáticos examinados, este estudo contempla os sucessivos entornos discursivos em que um texto é produzido, é negociado e circula. A partir dessa análise, verificaram-se, como resultados parciais, que as práticas semióticas dos dois protestos analisados se distinguem axiologicamente. As *Jornadas de Junho*, mobilizadas principalmente pelo MPL em sua primeira fase, se dizem apartidárias e, de fato, assim são construídas pelas mídias; a polêmica fica entre a cobertura das mídias alternativas, como a *Mídia Ninja*, e a da grande imprensa, como *Estado*.

Já os *Protestos de março* são convocados por coletivos que se denominam como apartidários, mas não são assim construídos nem pela atuação de seus coletivos que se afirmam como opositoristas, nem pela grande imprensa, como *Estado* e *Folha*, que lhes atribui, direta e indiretamente, posicionamento político. Nem *Mídia Ninja*, isenta-se do debate. Ela se posiciona contrariamente aos protestos realizados no dia 15 de março de 2015, que eram favoráveis em seu poucos rompantes de concordância em relação ao *impeachment* da presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff.

Conseguimos depreender, pelos textos selecionados, que as duas manifestações possuem formações discursivas distintas e, por isso, ora são corroboradas pelas formações discursivas dos jornais e das redes sociais digitais, ora não são, o que tende a confirmar a hipótese deste trabalho. A hipótese constatada é a de que os dois protestos de rua se diferenciam não somente por suas agendas de luta, mas também por suas formações discursivas, as quais são ora mais, ora menos favorecidas pelos meios de comunicação (jornais e redes sociais digitais, em especial).

Por conseguinte, compreendemos também que, diferentemente das *Jornadas de Junho*, os *Protestos de Março* continuam a protelar os mecanismos tradicionais de mobilização popular das manifestações de 1984 e de 1992. Esses mecanismos se evidenciam a partir dos seguintes efeitos de sentido: centralização, verticalidade, nacionalismo exacerbado, dentre outros. Esses mecanismos são, agora, favorecidos e estimulados pela *nova roupagem digital*, como, por exemplo, a convocação efetiva pelas redes sociais, a criação de fóruns de discussão *on-line* e grupos em plataformas digitais. Temos que lembrar que a mesma dose de cidadania que fez o Brasil quebrar as correntes da Ditadura com o advento das Diretas Já fez com que, outrora em 1964, descortinásemos a possibilidade de intervenção

militar. Não é cidadania *per se* que é culpada de nossas desventuras, mas o modo de a conduzirmos. Prova disso são os distintos frutos colhidos das Jornadas de Junho, de 2013, em cotejo com os dos Protestos de Março, de 2015.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, A. Ato reuniu 210 mil em SP, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Poder, p. A7, 16 mar. 2015.

BAKHTIN, M. M. **Questões de estética e de literatura**. 3.ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

BERTRAND, D. **Caminhos da semiótica literária**. Tradução de Grupo CASA. Bauru: EDUSC, 2003.

COSTA, M. R. M. Problematizando a notícia em ato: a postagem da mídia ninja no Facebook. In: GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. et al. (Orgs.). **Texto, discurso e multimodalidades: perspectivas atuais**. São Paulo: Paulistana, 2017, p. 277-292,

DISCINI, N. **O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO - FSP. Agentes do caos. **Folha de São Paulo**. 15 jun. 2013a. Opinião, p. A2.

_____. Vitória das ruas. **Folha de São Paulo**. 20 jun. 2013b. Opinião, p. A2.

_____. Protestos de junho de 2013 atraíram 1 milhão no auge. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Poder, p. A7, 15 mar. 2015.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss; Editora Objetiva, 2014. CD-ROM.

HUPSEL FILHO, V. et al. Grupos anti-PT querem fazer 'sumir o chão da Paulista'. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, Política, p. A5, 15 mar.2015.

LORENZOTTI, E. **Jornalismo século XXI: O modelo #MídiaNINJA**. São Paulo: EGALÁXIA, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Cenas da enunciação**. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar, 2006.

MANSO, B. P.; ZANCHETTA, D. A revolta do gás lacrimogêneo (em sete capítulos). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 jun. 2013a, Política, p. A14-A15.

MÍDIA NINJA. Postagem. **Facebook Mídia Ninja**. 7 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

_____. Postagem. **Facebook Mídia Ninja**. 16 mar. 2015a. Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

_____. Postagem. **Facebook Mídia Ninja**. 16 mar. 2015b. Disponível em: <<https://www.facebook.com/midiaNINJA/?fref=ts>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO - OESP. “Sem violência” e sem controle. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013c, Notas & Informações, p. A3.

SECCO, L. *As Jornadas de Junho*. In: MARICATO, E. et al. **Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 71-78.

SANTOS, B. F.; DEIRO, B.; CUDISCHEVITCH, C. Manifestação contra aumento da tarifa de ônibus fecha vias em São Paulo. **O Estado de São Paulo**. 19h 25 min. 6 jun. 2013. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacao-contr-aumento-da-tarifa-de-onibus-fecha-vias-em-sao-paulo,1039657>>. Acessado em: 20 abr. 2018.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai. – ago., 2014.

_____. Dos movimentos sociais aos movimentos de rua: o ativismo brasileiro no século XXI. **Política e Sociedade**. Florianópolis, n. 13, vol. 28, p. 13-34, set./dez. 2014b.